



Associação Portuguesa de Professores de Inglês

**Actividades de Enriquecimento Curricular
no 1º Ciclo do Ensino Básico**

INGLÊS

Relatório final de acompanhamento

APPI - CAP

2010/2011

INTRODUÇÃO

Neste relatório damos conta da actividade desenvolvida pela APPI, enquanto associação convidada na CAP - Comissão de Acompanhamento do Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC). Reportamo-nos ao ano lectivo que agora finda, baseados nos comentários dos peritos e na análise dos questionários ao técnico de Inglês, mas, nas recomendações, não deixaremos de focar aspectos que têm vindo a preocupar a APPI nos últimos anos e que continuam sem resolução, no sentido de alertar a nova equipa ministerial para os mesmos.

A APPI evidencia o facto de o Modelo de Acompanhamento para este ano lectivo se ter revelado mais profícuo, porque permitiu uma melhor gestão dos recursos humanos e potenciou a informação disponível para análise e avaliação, que agilizará o aperfeiçoamento do Programa da Actividades de Enriquecimento Curricular. Paralelamente, verificou-se uma maior eficácia, quer nas reuniões alargadas da CAP, quer no envio dos documentos e em todo o processo de organização das Visitas de Acompanhamento, conjugada com o facto dos elementos que integram esta Comissão terem melhorado, ao longo dos anos, os mecanismos de comunicação entre si.

MODELO DE ACOMPANHAMENTO

O Modelo de Acompanhamento definido manteve a dimensão da amostra do ano lectivo anterior, mas, o facto de terem sido seleccionadas duas turmas por agrupamento a visitar, permitiu rendibilizar os recursos.

Destacamos como pontos fortes:

- O enfoque dado ao Agrupamento e não a uma turma isoladamente, que possibilitou uma visão mais abrangente e enriquecida da implementação do Programa das AEC nesses agrupamentos;
- A diminuição do número de peritos envolvidos nas visitas, bem como o número de deslocações;
- A presença do PTT – Professor Titular de Turma - na observação das aulas, que motivou um maior envolvimento deste nas actividades, uma maior

aproximação ao técnico e uma maior co-responsabilização no processo de supervisão;

- A criação de questionários ao Director do Agrupamento, aos Pais e Encarregados de Educação e aos alunos,
- A junção do questionário do técnico e do perito num único documento;
- A alteração do documento “Síntese e Recomendações” a enviar para as Entidades Promotoras e Agrupamentos, após a 1ª visita, de forma a espelhar os pontos fortes e fracos e recomendações;
- A mesa-redonda da 2ª visita só ter sido realizada em situações que careciam de reavaliação;
- A substituição, na 2ª visita, da mesa-redonda alargada por uma de teor mais restrito, que envolveu somente os técnicos e os peritos, para ultrapassar dificuldades de cariz pedagógico;
- A substituição da turma a observar aquando da 2ª visita, nos casos de observação de boas práticas no 1º momento.

Como pontos fracos, referimos:

- A realização da 1ª visita apenas no 2º período, fez com que o tempo que mediou entre esta e a 2ª fosse curto, não tendo permitido, em muitos casos, a incorporação das recomendações elencadas aquando do 1º momento;
- A observação do mesmo técnico em locais onde havia outros da mesma actividade;
- A observação de turmas do mesmo nível de escolaridade;
- A notória falta de tempo para o técnico preencher o questionário e para o perito poder fazer uma reflexão sobre a actividade observada, uma vez que a mesa-redonda se realizou, na maior parte das visitas, imediatamente a seguir às actividades.

Deixamos aqui uma nota muito positiva, que se prende com a criação de uma Comissão Técnica *Ad hoc* - AEC, parceria do Instituto Português da Qualidade e DGIDC, para implementação de um referencial para Certificação das Entidades Promotoras e

Parceiras; a proposta decorreu do balanço relativo à primeira ronda de visitas, onde se assinalaram as fragilidades de algumas entidades, nomeadamente no que concerne o recrutamento e acompanhamento dos técnicos sob a sua alçada.

VISITAS DE ACOMPANHAMENTO

Peritos

A APPI esteve presente na totalidade das visitas agendadas em cada momento (55 visitas/110 observações), que envolveram 36 peritos, sendo que 7 exerceram esta função pela primeira vez. Contrariamente aos anos anteriores em que muitos dos peritos tinham várias visitas a seu cargo, com a observação de turmas no mesmo agrupamento, conseguimos distribuir o trabalho de forma a não sobrecarregar os peritos e otimizando as deslocações dos mesmos, à excepção da DRELVT onde, pela localização das visitas, maioritariamente a sul do Tejo, obrigou a que três das peritas efectuassem um maior número de visitas, como se pode constatar no quadro abaixo:

	2º Período		3º Período	
DRE	Visitas/ Turmas	Peritos	Visitas	Peritos
DREN	18/ 36	13	18/36	12
DREC	11/ 22	9 + 2 DREN	11/ 22	7 + 2 DREN
DRELVT	17/34	4	17/34	5
DREA	5/ 10	5	5/ 10	5
DREAlg	4/ 8	4	4/ 8	4
Total	55/110	35	55/110	34

É de realçar que a segunda visita foi efectuada pelos mesmos peritos, exceptuando-se duas na DREN e duas na DREC, por motivo de impossibilidade do respectivo perito.

Refira-se que a metodologia relativa ao número de deslocações por cada visita foi diferente nas várias DREs; enquanto a DRELVT optou por fazer quase todas as observações e mesa-redonda no mesmo dia em cada agrupamento, outras DREs houve em que algumas das visitas se realizaram em 2 ou 3 dias, acarretando para o perito uma maior reorganização do seu trabalho, na sua escola de origem, e um aumento no número de deslocações.

QUESTIONÁRIO AO TÉCNICO DE ENSINO DE INGLÊS

Este instrumento de acompanhamento continua a proporcionar a recolha de dados que permitem analisar as condições organizacionais e pedagógicas em que decorrem as AEC e estimula o diálogo com a comunidade educativa, aquando da realização da mesa-redonda, permitindo apontar soluções para os problemas detectados e estimular e evidenciar as situações em que o funcionamento da(s) actividades(s) é um exemplo de boas práticas.

Habilitações dos técnicos

O levantamento de dados e a análise pormenorizada dos mesmos constarão do relatório de execução física da DGIDC, mas há um ponto que preocupa a APPI e que se refere às habilitações académicas e profissionais dos técnicos de Inglês. Já se sabia, pelas DREs que a dificuldade de recrutamento de técnicos de Ensino do Inglês se tinha agravado em relação ao ano lectivo passado, mas a análise dos questionários revelou que há técnicos que não detêm habilitações académicas e/ou profissionais para o desempenho da actividade, preconizadas no Despacho 14460/2008, nem nas Orientações para Análise de Currículos Relevantes. Encontrámos técnicos que apesar de deterem o CAE (Certificate in Advanced English) ou o CPE (Certificate of Proficiency in English), têm formação académica que nada tem a ver com o ensino e sem qualquer experiência anterior nas AEC, como, por exemplo, licenciatura em Relações Humanas e Comunicação Organizacional, Relações Internacionais, Investigação Social Aplicada,

Arquitectura; bacharelato em Análises Clínicas e Saúde Pública, Turismo, Arquitectura Paisagística; outros com o 12º ano e o FCE (First Certificate of English).

Esta situação continua a denotar, por um lado, a constatação de que algumas Entidades que recrutam (Promotora ou Parceira) não cumprem o estipulado na legislação e, por outro, a demissão do Agrupamento no envolvimento no processo de recrutamento e de verificação das habilitações.

Formação contínua

A formação a distância para professores de Inglês foi, nos anos anteriores, uma das vertentes de acompanhamento das competências atribuídas à CAP, implementada pela DGIDC, com a colaboração directa da APPI, com duas edições distintas, com o objectivo de dar bases metodológicas aos professores que não tinham formação nesta área: uma para o 1º e 2ºanos e outra para o 3º e 4ºanos.

Este ano essa formação não se realizou, e apesar e a APPI já ter enunciado no relatório anterior que a formação existente carecia de reformulação, tal implicou que muitos dos técnicos que não detêm preparação pedagógica ou qualquer experiência enquanto docentes, não tivessem tido a oportunidade de reflectir e construir referenciais de qualidade na planificação e no desenvolvimento das actividades.

Verificou-se, na análise das respostas dos técnicos, que há um menor número a referir ter frequentado acções de formação creditada, no âmbito do ME e/ou da APPI, por um lado porque muitos dos “técnicos”, que desde o início leccionavam nas AEC, com formação quer inicial quer contínua, transitaram, nos últimos anos, entraram para o sistema como professores contratados do Ensino Básico ou Secundário.

Alguns técnicos referiram outro tipo de formação, nomeadamente fornecida pela Entidade Promotora ou Parceira, com um número de horas muito reduzido e, muitas vezes, proporcionada pelas editoras.

A APPI continuou a apoiar encontros ou jornadas de formação, cujo número de realizações tem vindo a decrescer, promovidos pelas Entidades Promotoras para divulgação de boas práticas das AEC e reflexão sobre o trabalho desenvolvido,

colaborando nesses encontros, sempre que solicitada, com a presença de um orador ou formador; por outro lado, continua a dedicar, no seu Congresso Anual, um dia específico de sessões de formação para professores de Inglês do pré-escolar e 1º CEB, a cargo de formadores nacionais e estrangeiros de qualidade; e realizou um encontro de “Primary English: Sharing Good Practice” com a duração de um dia, para a partilha de experiências em sala de aula, em Viseu. Paralelamente, através do seu Centro de Formação, APPIforma, realizou 3 acções de formação para professores do 1ºciclo. No seu plano de formação, oferece 7 acções específicas para este nível de ensino, sendo que a mais recente “Teaching English: bridging for continuity, cohesion and progression” tem como objectivo promover a articulação entre os professores dos 1º e 2º ciclos.

Apreciação geral

Começamos por salientar algumas das respostas dos técnicos à questão: Quais os principais resultados observados?

- Motivação dos alunos para a aprendizagem da língua estrangeira.
- Os alunos revelam-se muito interessados, curiosos e participativos.
- Evolução da aprendizagem dos alunos;
- Relação positiva com as turmas, conseguindo manter o respeito e o ambiente propício à prática lectiva.
- Há uma preocupação em motivar os alunos para as actividades planificadas, estimulando-os a participar.
- A sensibilização à Língua Inglesa é fundamental nesta faixa etária;
- Os alunos sentem-se mais familiarizados com aspectos da língua e cultura Inglesa e desenvolvem uma maior sensibilização para a aprendizagem de competências específicas das línguas estrangeiras, nomeadamente a expressão oral, de acordo com o nível cognitivo e faixa etária;
- A aquisição de regras;
- Desenvolvimento de trabalho autónomo pelos alunos;

- Os alunos são curiosos e interessados pela aprendizagem de uma nova língua – o inglês e que o ensino da mesma no 1º ciclo produz resultados positivos ao longo do percurso escolar.

No entanto, e apesar de considerarmos que muitos dos constrangimentos enunciados pelos técnicos em relatórios anteriores estão, na generalidade, ultrapassados, outros há que persistem, a saber:

- A não “obrigatoriedade” da frequência, aumenta o nível de heterogeneidade da turma e as diferenças a nível de aprendizagem;
- A inexperiência e falta de formação específica em metodologia do ensino do inglês são muitas vezes impeditivas de uma melhoria da sua prática;
- Algumas turmas numerosas e com problemas de indisciplina;
- Dificuldade em equilibrar / gerir a parte lúdica com a componente da gestão de comportamentos;
- O facto de a actividade ser sempre no último tempo lectivo, que faz com que os alunos estejam cansados e com maior dificuldade de concentração;
- Alguns pais pouco sensibilizados para as actividades de enriquecimento curricular;
- Ausência de componente não lectiva para a preparação de aulas, participação em reuniões e articulação com os professores Titulares de Turma;
- Inexistência de articulação vertical em muitos agrupamentos;
- A leccionação em várias escolas (quando há deslocações em curto espaço de tempo).
- Modelo da prestação de serviços;
- Contagem do tempo de serviço.

Como sugestões para a melhoria da actividade, alguns técnicos propõem:

- A integração do ensino de Inglês no currículo;
- A frequência obrigatória da actividade de Inglês;
- A flexibilização dos horários;
- A articulação entre as várias entidades envolvidas no Programa;
- A necessidade de reuniões formais entre pares;

- A necessidade de formação adequada;
- O pagamento e disponibilização de horas para reunir com a PTT.

Observação da actividade

Pela primeira vez, e porque houve um campo no questionário do perito para atribuir uma classificação à actividade observada, constatámos quantitativamente o que já tinha sido diagnosticado e evidenciado em anos anteriores: técnicos que trabalham muito bem com esta faixa etária, com conhecimentos científicos e pedagógicos que permitem que a actividade seja um sucesso; outros que não têm proficiência na Língua Inglesa ou que não têm qualquer preparação pedagógica, e que transformam a aprendizagem do Inglês num total desprazer.

Do levantamento feito pelos peritos, evidenciamos como pontos fortes:

- Promoção de uma relação afectiva com a língua;
- Relação pedagógica promotora da autonomia dos alunos e de uma atmosfera de trabalho produtiva;
- Clima de sala de aula favorável à aprendizagem;
- Implementação de rotinas;
- Gestão eficaz do comportamento dos alunos;
- O reforço positivo;
- Motivação dos alunos para a aprendizagem da língua inglesa;
- Utilização da língua inglesa como língua de comunicação na sala de aula;
- Ênfase na dimensão lúdica da aprendizagem;
- Sequências bem definidas das actividades com recurso a estratégias diversificadas;
- Actividades dirigidas aos vários estilos de aprendizagem;
- Estratégias e tarefas adequadas ao nível etário dos alunos;
- Materiais adequados e motivadores;
- Desenvolvimento da competência de comunicação em Língua Inglesa;
- Boa articulação com o Professor Titular de Turma e evidências deste;
- Elaboração de planificações em conjunto com a professora titular.

Contrastando com os aspectos positivos, continuam a ser enunciados pontos fracos nas observações, tais como:

- Ausência de metodologia e de formação pedagógica;
- Falta de preparação científica: lacunas no conhecimento da língua inglesa, ao nível do vocabulário, pronúncia, entoação...
- Insegurança nas instruções e nas informações transmitidas aos alunos;
- Recurso sistemático à Língua Materna;
- Inexistência de “classroom language”;
- Estratégias pouco diversificadas;
- Pouca diversidade de materiais;
- Pouca diversificação das formas sociais de trabalho, sendo privilegiado o trabalho individual em detrimento do trabalho de par ou de grupo;
- Observação de uma actividade apenas, sem que os alunos tivessem de fazer qualquer utilização de língua;
- Dificuldade na gestão do comportamento dos alunos;
- Sequência de actividades sem percepção do objectivo de aprendizagem;
- Planificação pouco adequada;
- Inexistência de diferenciação na planificação para os diferentes anos;
- Ausência de articulação com o PTT.

Regra geral, há uma correlação entre as observações e as habilitações académicas e profissionais dos técnicos, bem como a experiência anterior neste nível de ensino, mas foram constatadas algumas excepções: técnicos sem formação profissional mas com um bom relacionamento com os alunos e com uma noção adequada relativamente ao que deve ser a actividade do Ensino do Inglês e como desenvolvê-la com qualidade.

Também se verificou que é na área de incidência da DRELVT que surge o maior número de casos de falta de habilitações, situação provocada pela pulverização de Entidades Promotoras: Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Associações de Pais e Encarregados de Educação e IPSS, que, por sua vez, em muitos casos, delegam em Entidades Parceiras a consecução das AEC.

Decorrente da observação e da mesa-redonda, os peritos teceram recomendações aos vários intervenientes, das quais salientamos:

- Uso sistemático da língua inglesa por parte da professora, quer ao nível da linguagem de sala de aula quer na interação com os alunos;
- Maior estímulo ao uso do Inglês, por parte dos alunos, criando situações que permitam a aprendizagem da língua de uma forma natural;
- Recurso às TIC disponíveis;
- Iniciação de práticas de reflexão dos alunos sobre a própria aprendizagem, através da auto-avaliação;
- Registo das actividades realizadas, de preferência com os alunos (por exemplo, no final da semana ou da unidade) - um registo que permita reflectir sobre as aprendizagens realizadas, e, simultaneamente, proporcione aos pais e encarregados de educação o acompanhamento das actividades desenvolvidas;
- Necessidade de formação específica na área de ensino do Inglês a “young learners”.
- Maior cooperação entre os professores do ensino do Inglês;
- Desenvolvimento de estratégias, entre todos os intervenientes, para promover a articulação vertical de forma mais sistemática.
- Incremento da articulação com o (Sub)Departamento Curricular de Inglês de modo a que a AEC se constitua como um espaço substantivo de ensino e de aprendizagem de Inglês;
- Sempre que possível, evitar a constituição de turmas com níveis de escolaridade diferentes (1º e 4º ano/2º e 4ºano);
- A flexibilização dos horários de forma a permitir a distribuição de um maior número de horas pelos técnicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além de algumas recomendações elencadas no ponto anterior, entendemos que, passados 6 anos da implementação do Programa de Generalização do Ensino do Inglês no 1º CEB, importa tecer algumas reflexões sobre o seu desenvolvimento e sobre a posição da APPI relativamente ao mesmo, no sentido de tentar perspectivar o futuro do Inglês no currículo do 1º CEB.

- O Programa de Generalização do Ensino do Inglês no 1º CEB foi apoiado pela APPI, desde o seu início, mas sempre defendemos e tentámos mostrar a necessidade da sua inclusão no currículo, tanto pela relevância da aprendizagem de uma Língua Estrangeira desde cedo, e do Inglês em particular, atendendo ao uso desta LE como língua de comunicação global, como para dar cumprimento às directrizes emanadas do Conselho da Europa relativamente à inserção de pelo menos uma LE no 1º ciclo (primary);
- No final do ano lectivo de 2005-6, a então Ministra da Educação informou a APPI da intenção de alargar o "Programa" aos 1º e 2º anos, a APPI aconselhou prudência e que se avaliasse a "experiência" acabada de terminar, antes do alargamento em causa, principalmente porque se corria o risco de não haver número suficiente de professores com habilitações para ensinar Inglês neste nível, uma vez que as AEC funcionavam/funcionam maioritariamente das 15h30 às 17h30, o que aumenta substancialmente o número de professores necessários em cada Agrupamento;
- O alargamento da oferta obrigatória do ensino de Inglês a todos os anos do 1º CEB, consubstanciada no Despacho nº 14460/2008, e tal como foi implementada, potenciou, o recrutamento de professores que ou não detinham habilitações ou que detinham apenas o denominado "currículo relevante";
- O Decreto-Lei n.º 212/2009 veio estabelecer "o regime aplicável à contratação de técnicos que asseguram o desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular (AEC) no 1.º ciclo do ensino básico nos agrupamentos de escolas da rede pública", no âmbito de "uma efectiva descentralização de competências para os municípios em matéria de educação,

com o objectivo de obter avanços claros e sustentados na qualidade das aprendizagens dos alunos.” O DL permite aos municípios “celebrar contratos de trabalho a termo resolutivo, a tempo integral ou parcial, com profissionais especialmente habilitados para o efeito, tendo em vista assegurar necessidades temporárias de serviço no âmbito das actividades de enriquecimento curricular”;

- O Despacho n.º 8683/2011 veio proceder a algumas alterações ao Despacho nº 14460/2008 “tendo em consideração a avaliação prática feita ao modelo”, mas manteve o Ensino de Inglês como AEC.

Pelo acima exposto, cabe-nos chamar a atenção da Tutela para os aspectos que nos parecem contraditórios e que necessitam de alteração urgente:

- A actividade de enriquecimento curricular denomina-se “Ensino de Inglês”, foram produzidas Orientações Programáticas para os 3º e 4º anos e, posteriormente para os 1º e 2º anos. No entanto, não só os professores passaram a “técnicos”, como o investimento feito pela Tutela na formação pedagógica dos professores de Inglês deste nível de ensino, teve um retorno mínimo, uma vez que, como já foi atrás referido, muitos dos docentes que beneficiaram dessa formação, se encontram agora a leccionar outros níveis de ensino;
- Há um claro equívoco na inclusão do Inglês como actividade de enriquecimento curricular; de facto, enriquece o currículo porque concorre para o desenvolvimento de competências de saber-estar e saber-ser, mas não ao nível do saber, uma vez que, contrariamente às outras AEC que completam as áreas do currículo a que estão associadas, a LE não existe no currículo;
- O recrutamento de profissionais qualificados para o Ensino do Inglês é cada vez mais problemático e faz com que tenha havido um decréscimo acentuado na qualidade do ensino e das aprendizagens;
- O facto de a actividade ter lugar, maioritariamente, entre as 15h30 e as 17h30, faz com que aumente substancialmente o número de técnicos necessários à actividade; paralelamente, é referido sistematicamente, pelos técnicos e pelos peritos, que os alunos já estão muitos cansados nesta altura do dia,

necessitando de actividades de carácter lúdico-expressivas, como muito bem acrescentadas no Despacho n.º 8683/2011 e, de preferência, num espaço que não seja o da sala de aula;

- Apesar de ser cada vez mais evidente a preocupação crescente, por parte de muitas Entidades Promotoras, de oferecerem melhores condições de trabalho aos técnicos das AEC, a precariedade do trabalho destes continuou a ser um factor de impedimento da fidelização dos mesmos a estas actividades. Grande parte continua a ter um horário de trabalho muito reduzido, e, muitos continuam a não ter qualquer hora paga para as reuniões de articulação horizontal e vertical.
- Não obstante o esforço de descentralização feito pelo ME para que a educação pré-escolar e do 1º ciclo esteja sob a alçada dos municípios, nas actuais circunstâncias, e pela informação veiculada através das visitas de acompanhamento, entendemos necessário reforçar a oferta das AEC pelos Agrupamentos, enquanto Entidades Promotoras ou Parceiras, uma vez que resolveriam muitos dos problemas com que nos temos deparado ao longo destes anos, nomeadamente, a falta de professores com habilitação; a actividade poderia ser desenvolvida pelos professores do 2º ciclo com horário incompleto ou sem horário, ou, no caso de não haver disponibilidade de horários, seria o próprio Agrupamento a fazer o recrutamento dos professores. Sublinhamos, também, a importância dos Agrupamentos na planificação, organização, supervisão e avaliação das actividades, na efectiva integração no Projecto Curricular de Escola e de Turma e na consolidação de uma articulação vertical eficaz.

RECOMENDAÇÕES AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

- A APPI continua a insistir na urgência da introdução do Inglês no currículo do 1º CEB. Os alunos estão altamente motivados para a aprendizagem do Inglês e todos os intervenientes no Programa das AEC continuam a referir, nas visitas de acompanhamento, que o Inglês deveria ser curricular;

- A continuidade do carácter facultativo da sua aprendizagem implica o surgimento de enormes discrepâncias de aprendizagem na entrada para o 2º Ciclo, originando turmas com diferentes níveis de conhecimento da língua que, necessariamente, levantam dificuldades na gestão do programa de Inglês neste ciclo de ensino;
- A APPI reitera que, se não houver uma eficiente articulação na planificação e concretização da actividade ao longo dos quatro anos de escolaridade, se corre o risco de, em vez de potenciar o gosto pela aprendizagem de uma língua estrangeira, esta se tornar desmotivadora e geradora de insucesso à entrada do 2º Ciclo;
- Consequentemente, a APPI reforça a pertinência e urgência da alteração do programa de Inglês do 2º Ciclo, dado que, no ano lectivo findo, uma percentagem elevada de alunos já tinha frequentado pelo menos dois anos de Inglês (3º e 4º anos). No entanto, reforçamos que essa modificação ou mesmo um novo programa só fará sentido aquando da integração do Inglês no currículo do 1º CEB, criando um programa sequenciado, coeso e coerente, adaptado e não fragmentado, que permita uma mais rápida e eficaz progressão no ensino da Língua ao longo da escolaridade obrigatória.

Lisboa, 8 de Agosto de 2011

Cristina Bastos e Isabel Brites
(representantes da Direcção da APPI na CAP)